

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CLASSIFICAÇÃO E DISPARIDADES DOS MUNICÍPIOS DO CIOESTE COM O ÍNDICE IDSC-BR

*Sustainable development indicators: classification and
disparities of CIOESTE municipalities with the IDSC-BR index*

*Indicadores de desarrollo sostenible: clasificación y disparidades
de los municipios del CIOESTE con el índice IDSC-BR*

DOI: 10.48075/igepec.v29i1.34670

Marcos Jorge Bataglia
Universidade de Taubaté – UNITAU

Moacir dos Santos
Universidade de Taubaté – UNITAU

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: classificação e disparidades dos municípios do CIOESTE com o índice IDSC-BR

Sustainable development indicators: classification and disparities of CIOESTE municipalities with the IDSC-BR index

Indicadores de desarrollo sostenible: clasificación y disparidades de los municipios del CIOESTE con el índice IDSC-BR

Marcos Jorge Bataglia¹
Moacir Santos²

RESUMO: Este artigo investiga o progresso dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) em atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS). O estudo tem como objetivo principal mapear e classificar esses municípios conforme sua performance no IDSC-BR, identificando disparidades regionais em ODS. Para o exercício, emprega-se uma metodologia que integra abordagens bibliográfica e documental, complementada por análises qualitativas realizadas através da técnica de análise de conteúdo. O artigo destaca as variações no cumprimento dos ODS entre os municípios, oferecendo uma perspectiva detalhada sobre as áreas onde cada município se destaca e aquelas em que são necessárias melhorias significativas. Ao fornecer uma visão abrangente do estado atual e dos desafios enfrentados pelos municípios do CIOESTE, esta pesquisa contribui para o planejamento e implementação de políticas públicas mais eficazes, direcionadas ao desenvolvimento sustentável regional.

Palavras-chave: consórcio público, governança cooperativa, índices de desenvolvimento sustentável, ODS.

Abstract: This article investigates the progress of the municipalities that make up the Intermunicipal Consortium of the Western Metropolitan Region of São Paulo (CIOESTE) in achieving the Sustainable Development Goals (SDGs), using the Institute's Index of Sustainable Development of Cities - Brazil (IDSC-BR) Sustainable Cities (ICS). The main objective of the study is to map and classify these municipalities according to their performance in the IDSC-BR, identifying regional disparities in SDGs. For the exercise, a methodology is used that integrates bibliographic and documentary approaches, complemented by qualitative analyzes carried out using the content analysis technique. The article highlights variations in achieving the SDGs across municipalities, offering a detailed perspective on the areas where each municipality stands out and those where significant improvements are needed. By providing a comprehensive view of the current state and challenges faced by CIOESTE municipalities, this research contributes to the planning and implementation of more effective public policies, aimed at regional sustainable development.

Keywords: public consortium, cooperative governance, sustainable development indices, SDGs.

Resumen: Este artículo investiga el progreso de los municipios que conforman el Consorcio Intermunicipal de la Región Metropolitana Oeste de São Paulo (CIOESTE) en el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), utilizando el Índice de Desarrollo Sostenible de las Ciudades - Brasil (IDSC-BR) del Instituto de Ciudades Sostenibles (ICS). El objetivo principal del estudio es mapear y clasificar estos municipios según su desempeño en el IDSC-BR, identificando disparidades regionales en los ODS. Para este ejercicio, se emplea una metodología que integra enfoques bibliográficos y documentales, complementados con análisis cualitativos realizados mediante análisis de contenido. El artículo destaca las variaciones en el logro de los ODS entre

¹ Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Auditor do Legislativo na Controladoria Interna da Câmara Municipal de Itapevi. E-mail: marcos.bataglia@gmail.com

² Docente do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU/Professor do Centro Universitário Módulo. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

municipios, ofreciendo una perspectiva detallada sobre las áreas donde cada municipio sobresale y aquellas donde se necesitan mejoras significativas. Al proporcionar una visión general integral del estado actual y los desafíos que enfrentan los municipios del CIOESTE, esta investigación contribuye a la planificación e implementación de políticas públicas más efectivas dirigidas al desarrollo sostenible regional.

Palabras clave: *consorcio público, gobernanza cooperativa, índices de desarrollo sostenible, ODS.*

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas representam metas universais que abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais, destinados a promover a prosperidade enquanto protegem o planeta. Governos locais desempenham um papel fundamental na implementação destas metas, com suas políticas e práticas sendo decisivas para o sucesso global desta agenda. Neste contexto, os municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) oferecem um campo fértil para explorar a integração dos ODS em estratégias de desenvolvimento municipal.

Este estudo aborda a relevância social ao focar em como as políticas sustentáveis adotadas a nível municipal influenciam a qualidade de vida, promovendo justiça social e gestão ambiental eficiente. Cientificamente, ele contribui para o corpo de conhecimento sobre a eficácia da implementação dos ODS em ambientes urbanos, uma área que necessita de mais investigação detalhada para entender as variáveis que afetam o sucesso ou o fracasso dessas iniciativas.

A falta de um diagnóstico claro sobre o nível de adesão aos ODS por parte dos municípios do CIOESTE e o entendimento das metas mais e menos alcançadas representa uma lacuna crítica que impede a formulação de estratégias regionais eficazes. Este estudo visa identificar quais ODS estão sendo efetivamente alcançados e quais apresentam maiores desafios, permitindo um foco mais direcionado em políticas específicas para superar essas barreiras.

Este trabalho tem como objetivo principal mapear e classificar o desempenho dos municípios do CIOESTE em relação aos ODS, utilizando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) e identificar os principais ODS alcançados e aqueles que ainda estão distantes do alcance, avaliando assim o progresso regional no cumprimento da Agenda 2030.

A análise dos municípios do CIOESTE é justificada pela heterogeneidade socioeconômica da região, que reflete as complexidades enfrentadas por áreas metropolitanas em expansão. A estrutura colaborativa do consórcio pode oferecer percepções importantes sobre como a cooperação intermunicipal pode ser utilizada para avançar em metas sustentáveis comuns, servindo de modelo para outras regiões.

O CIOESTE é composto por 12 municípios e entre suas ações está o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU. Tais políticas buscam estimular o desenvolvimento regional sustentável, inclusivo e equitativo. Entre os membros do CIOESTE, 11 municípios estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo constituída por 39 municípios, organizados em cinco sub-regiões - Sub-região Norte, Sub-Região Sul, Sub-Região Sudeste, Sub-Região Sudoeste e Sub-Região Oeste (PDUI, 2024). Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba estão na sub-região Oeste; Cotia e Vargem Grande Paulista na sub-região Sudoeste; Cajamar na sub-região Norte; e São Roque na Região Metropolitana de Sorocaba. O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo (SEADE, 2024) pertinente ao ano consolidado de 2021, atinge a cifra de R\$ 2.719.751.231.378,00. Os 12 municípios que compõem CIOESTE contribuem para com o PIB estadual com R\$ 231.119.373.652,00. O valor reportado corresponde a 8,5% do PIB. A partir desse quadro o artigo busca caracterizar os municípios do CIOESTE em relação alcance das metas pertinentes aos ODS.

2 – ORIGEM E DESDOBRAMENTOS DOS ODS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável relaciona-se ações pactuadas entre as conferências Rio 92 e Rio+20 tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados internacionalmente pela Resolução 55/2/2000 das Nações Unidas e seus países membros (ONU, 2015b). Japiassú e Guerra (2017), Lago (2006), Andrade (2014) e Ramiro (2021) oferecem contribuições sobre o histórico e a evolução da Agenda 2030, sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a importância de integrar essas diretrizes globais nas políticas e práticas de desenvolvimento regional.

Japiassú e Guerra (2017, p. 1887) destacam que as discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável tem como baluarte inicial a Conferência de Cúpula em Estocolmo em 1972. A Rio-92 reafirmou a Declaração de Estocolmo e introduziu princípios como o uso equitativo dos recursos naturais e a proteção ambiental integrada ao desenvolvimento. Posteriormente, a Conferência de Johannesburgo em 2002 preservou a discussão climática e a proteção da biodiversidade como parâmetros, apesar da falta de avanços significativos em temas como o uso de combustíveis fósseis. A Rio+20, em 2012, buscou manter as conquistas da Rio-92 e afirmou o conceito de não regressão como essencial para o desenvolvimento sustentável. Tais conferências referenciaram a formação da Agenda 2030 e a constituição das políticas globais de desenvolvimento sustentável (Japiassú; Guerra, 2017, p. 1887-1902).

Lago (2006) indica que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), delineados a partir da Rio 92, incluíam 21 metas em áreas diversas, como a erradicação da pobreza e combate ao HIV/Aids. Contemporaneamente desafios como desigualdade no acesso à saúde, educação e emprego persistem. Mudanças climáticas e a crescente desigualdade econômica foram identificados como desafios pós-2000, mas os ODM preservam a sua função fundamental para a redução da pobreza e melhoria das condições de vida globalmente (Lago, 2006, p. 267). Andrade (2014) destaca que em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os ODM como um plano global de desenvolvimento, cujo prazo para cumprimento correspondia a 2015 (Andrade, 2014, p. 292).

Em 2015, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com um enfoque abrangente e transformado, centrado em erradicar a pobreza, considerada o maior desafio global para o alcance do desenvolvimento sustentável. Os representantes dos países associados à ONU comprometeram-se em alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões - econômica, social e ambiental – com a continuidade dos ODM e buscando cumprir as metas remanescentes até 2030 (ONU, 2015b, p. 1).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Esses objetivos tem como foco o enfrentamento da pobreza e da fome, o combate às desigualdades, a construção de sociedades pacíficas e inclusivas, a proteção dos direitos humanos, a promoção da igualdade de gênero e proteção ambiental. O conjunto dos ODS está relacionado a busca por crescimento sustentável, compartilhamento da prosperidade e trabalho digno para todos, com o respeito as diferenças para a promoção da dignidade humana (ONU, 2015b). Uma das ações para fomentar o conhecimento sobre os ODS foi a criação de símbolos específicos. Os 17 símbolos dos ODS, criadas pela ONU, representam visualmente cada objetivo da Agenda 2030. Procura-se, com tais símbolos, fortalecer entre os países que aderiram aos ODS o compromisso coletivo

com metas abrangentes, desde a erradicação da pobreza até a promoção das ações relacionadas a mudança climática.

Figura 1 - Símbolos dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU



Fonte: Nações Unidas (2024).

A constituição dos ODS resulta de um processo de consulta pública intensiva, com a participação da sociedade civil e outras partes interessadas em âmbito global, com foco nas parcelas pobres e vulneráveis das populações consultadas (ONU, 2015b). A elaboração da Agenda 2030 foi realizada considerando cinco dimensões fundamentais quanto ao desenvolvimento sustentável: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Quanto as pessoas, procura-se eliminar a pobreza e a fome. Em relação ao planeta, busca-se a proteção ambiental, com foco no consumo e produção sustentáveis e constituição de soluções face as mudanças climáticas. A prosperidade visa garantir a possibilidade de vida digna e de oportunidades de inclusão. A paz é considerada uma condição indispensável para a promoção de sociedades justas, inclusivas e livres de violência. A parceria é fundamental para mobilizar recursos e esforços globais, com ênfase nas necessidades dos mais vulneráveis e a participação de todos os países e partes interessadas (ONU, 2015b, p. 2).

A Agenda 2030 apresenta uma visão ambiciosa e transformadora para o desenvolvimento sustentável, abrangendo dimensões econômica, social e ambiental (ONU, 2015b, p. 4). A diretrizes da Agenda 2030 tem a função de orientar as políticas públicas de desenvolvimento, o que fundamentou a formulação dos ODS. A efetivação dos ODS tem como premissa melhorar significativamente a vida das pessoas, com ênfase na sustentabilidade. A ONU enfatiza que as metas dos ODS devem ser adaptadas às circunstâncias nacionais, com cada governo definindo como integrá-las em suas estratégias de planejamento e políticas nacionais (ONU, 2015b, p. 7-13).

Ressaltasse que o alcance das metas e objetivos presentes na Agenda 2030 inclui atuação e o envolvimento de diversos atores como governos, setor privado, sociedade civil e outros, sob uma perspectiva global. Destaca-se que a institucionalização da Agenda 2030 implica na sua incorporação por parte dos parlamentos nacionais para assegurar a efetiva implementação, necessária ao alcance dos ODS (ONU, 2015b, p. 14-15). Entretanto, esse não é um processo linear. Ramiro

(2021), observa que a implementação no Brasil tem implicado desafios. Apesar da participação ativa do Brasil no desenvolvimento da Agenda 2030, a governança nacional para os ODS sofreu atrasos, exacerbados pela instabilidade política e atraso na constituição da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), estabelecida apenas após pressão da sociedade civil (Ramiro, 2021, p. 50).

Denota-se que a Agenda 2030 é fundamental para as investigações situadas na órbita do planejamento e desenvolvimento regional. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituem referência para diretrizes e metas associadas ao planejamento e desenvolvimento em nível regional, por reconhecer que os desafios enfrentados em escala regional devem ser respondidos mediante uma abordagem integrada nas dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento.

No contexto dos estudos do planejamento e desenvolvimento regional sustentável, a Agenda 2030 corresponde a uma estrutura estratégica para orientar a constituição de políticas e planos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os ODS estabelecem metas específicas e mensuráveis desde a erradicação da pobreza e fome, acesso à educação e saúde de qualidade, até proteção do meio ambiente e promoção da igualdade de gênero, a parceria e colaboração entre diferentes atores, incluindo governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais. Tal abrangência corresponde a abordagem participativa e multissetorial, estratégica para fomentar a consecução efetiva dos ODS em nível regional. A incorporação da Agenda 2030 por profissionais e pesquisadores do planejamento e desenvolvimento regional pode contribuir para a construção de regiões mais sustentáveis, inclusivas e resilientes. Inclusive os ODS podem auxiliar para a identificação de prioridades em escala regional, com a elaboração de estratégias para avaliar o desenvolvimento regional.

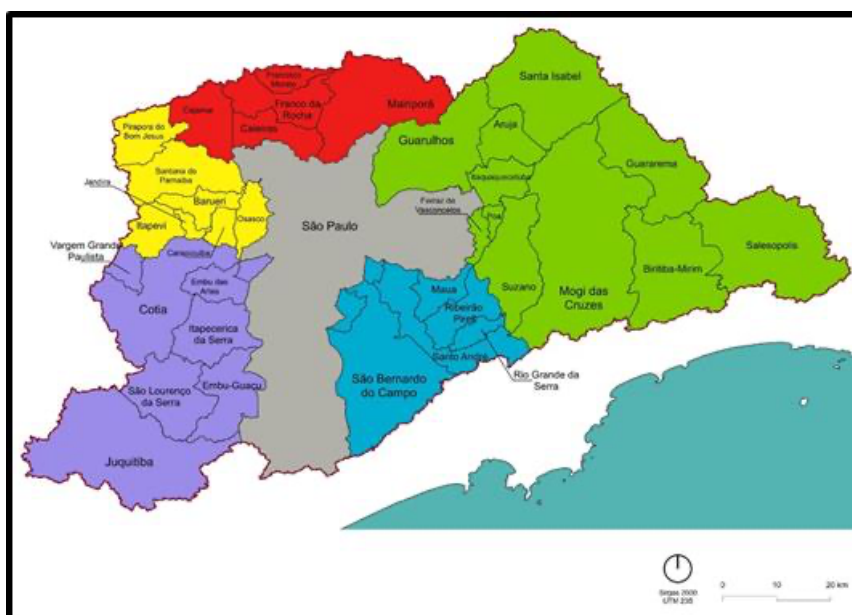
A trajetória de constituição da Agenda 2030, destaca uma visão abrangente sobre a gênese dos ODS, que constituem uma referência incontornável para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem a resposta coletiva às crescentes preocupações com a sustentabilidade, a equidade e o bem-estar global.

3 – MÉTODO

Este estudo emprega uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, revisando a literatura existente sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável de cidades.

A pesquisa é focada dentro da região de atuação do Consórcio Intermunicipal Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (CIOESTE), incluindo 12 municípios: Araçariguama, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque, e Vargem Grande Paulista.

Figura 2 - Mapa da Região Metropolitana de São Paulo por Sub-região Metropolitana



Fonte: Instituto Observatório das Metrópoles (2023).

A pesquisa bibliográfica e documental se faz nas bases de dados de estudos acadêmicos de artigos, dissertações, teses e sites de documentos com dados primários e secundários de indicadores de desenvolvimento sustentável, além de fontes como livros, revistas especializadas e sites institucionais.

Os dados para compor o Mapa Regional das 12 Cidades do CIOESTE medidas pelo IDSC-BR foram coletados a partir do relatório anual do IDSC-BR de 2023, fornecido pelo Instituto Cidades Sustentáveis, medidos numa escala de 0 a 100. Para a análise de conteúdo, foi adotada a técnica de Bardin (2011), que envolveu três fases: (1) pré-análise, (2) exploração do material, e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Ressaltasse que a adoção da técnica de Bardin possibilitou interpretar e analisar os documentos selecionados para a pesquisa em tela. Nesta pesquisa a técnica de Bardin foi utilizada para a seleção e análise dos documentos investigado em relação ao objetivo da pesquisa. Esta técnica permitiu a categorização dos textos dos documentos e a identificação de temas recorrentes relacionados aos ODS. Observa-se que os ODS correspondem a 17 objetivos, relacionados a promoção do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). O ODS 1 corresponde a erradicação da pobreza, enquanto o ODS 2 trata do alcance da fome zero e agricultura sustentável. O ODS 3 está relacionado a saúde e bem-estar. Já o ODS 4 tem relação busca por educação de qualidade e o ODS 5 a igualdade de gênero. O ODS 6 busca assegurar o acesso a água potável e saneamento. O ODS 7 relaciona-se a energia limpa e acessível. O ODS 8 relaciona-se ao assegurar acesso ao trabalho decente e crescimento econômico, enquanto o ODS 9 vincula-se a indústria, inovação e infraestrutura. O ODS 10 está vinculado a redução das desigualdades e o ODS 11 as cidades e comunidades sustentáveis. Observa-se que o ODS 12 busca promover o consumo e produção responsáveis, enquanto o ODS 13 está associado a ação contra a mudança global do clima. O ODS 14 trata da vida na água, o ODS 15 da vida terrestre, o ODS 16 de paz, justiça e instituições eficazes e o ODS 17 de parcerias e meios de implementação.

4 – OS INDICADORES

Na discussão sobre a relevância dos indicadores de ODS no âmbito da gestão pública e do desenvolvimento regional, é essencial entender os conceitos e abordagens que fundamentam sua aplicação. Segundo Bahia (2021, p.8), indicadores são medidas, quantitativas ou qualitativas, que organizam informações cruciais sobre fenômenos observáveis, funcionando como ferramentas para a gestão e avaliação de políticas públicas. “Os indicadores precisam ser os mais específicos possíveis, de modo a se evitar ambigüidades e problemas de validade e confiabilidade, devendo incluir: o objetivo ou a meta a ser alcançado; o aspecto a ser medido; o período abrangido e a área física em questão” (Bispo Passos e Pires, 2000, p.4). Jannuzzi (2002, p.55) complementa essa visão ao definir indicadores sociais como medidas imbuídas de significado social substancial, que operacionalizam conceitos abstratos em contextos programáticos e de pesquisa, facilitando a formulação de políticas e o monitoramento de condições sociais. Tal consideração é fundamental para possibilitar a adequação investigação dos processos de desenvolvimento, conforme apontam Miranda, Santos e Carniello (2023, p. 185).

Esses autores apontam para a multifuncionalidade dos indicadores, que não apenas mensuram aspectos da realidade, mas também apoiam o planejamento e a análise crítica do desempenho organizacional. A relevância prática desses instrumentos se manifesta em sua capacidade de facilitar comparações e direcionar ações baseadas em evidências. Por exemplo, no contexto brasileiro, a utilização de indicadores pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por outras agências estaduais reflete uma infraestrutura institucional robusta que sustenta a coleta e disseminação de dados essenciais para a gestão pública (Jannuzzi, 2002, p.62).

Bahia (2021, p. 8), destaca que indicadores são instrumentos essenciais para a gestão em atividades de monitoramento e avaliação do desempenho de organizações, bem como de seus projetos, programas e políticas. “A mensuração do desenvolvimento social pode ser realizada a partir das informações sobre os indicadores sociais (Lima e Sousa, 2015, p. 87)”. A principal função dos indicadores é permitir o acompanhamento do alcance de metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidades de mudança.

Sen (2007) destaca que as abordagens avaliativas se baseiam na escolha das informações que são coletadas e aquelas que são excluídas, influenciando diretamente o processo de construção e aplicabilidade dos indicadores. Esse aspecto é importante para entender as limitações e o potencial dos indicadores no monitoramento de progressos em direção aos ODS.

Jannuzzi (2002, p.69) destaca a importância dos sistemas de indicadores sociais na formulação e implementação de políticas públicas, uma vez que esses sistemas fornecem informações essenciais para diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente respaldados. No entanto, o autor adverte que não se deve superestimar o papel dos indicadores, pois o processo de planejamento no setor público é complexo e não pode ser reduzido a uma atividade puramente técnica e objetiva. Ele ressalta que os diagnósticos são parciais e enviesados, refletindo a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos de planejamento, o que limita a capacidade de enxergar a realidade de forma abrangente. Os indicadores também potencializam a observação das condições de desenvolvimento, conforme apontado por Colla (2024, p. 328).

Segundo Bahia (2021, p.9), os indicadores desempenham um papel fundamental na gestão pública ao permitir o conhecimento sobre a situação que se

deseja modificar. Eles são essenciais para estabelecer prioridades, escolher os beneficiados, identificar objetivos e traduzi-los em metas. Além disso, os indicadores facilitam o acompanhamento eficaz do andamento de projetos e programas, a avaliação de processos e a possibilidade de adotar redirecionamentos necessários. Esses instrumentos também são importantes para verificar os resultados e os impactos obtidos, aumentando as chances de tomada de decisões corretas e a otimização do uso de recursos. No entanto, o autor destaca que os indicadores, por si só, não resolvem problemas, e a resolução depende da ação dos gestores. Eles também promovem a participação e o empoderamento das partes interessadas, contribuindo para a melhoria da capacidade organizacional e da habilidade de argumentação, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

4.1 – INDICADORES DOS ODS NO BRASIL

Para o Acompanhamento e Avaliação da Agenda 2030, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem uma função central no monitoramento dos progressos do Brasil em relação aos ODS. Ele coleta e analisa dados para avaliar o desempenho do país em direção às metas estabelecidas, proporcionando uma base para a tomada de decisões informadas. (ODSBRASIL. 2023)

A implementação dos ODS exige ações em múltiplos níveis, envolvendo o governo, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade acadêmica. O Brasil está comprometido em integrar as metas dos ODS em suas políticas, programas e projetos, visando alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo em todo o território nacional. (ODSBRASIL. 2023)

O Quadro Geral de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do Brasil, conforme disponibilizado no mais recente relatório do ODSBrasil, fornece uma análise ampla do progresso do país em relação a essas metas globais. Os indicadores e resultados apresentados constituem fontes de informações críticas que nos auxiliam na compreensão do status atual, bem como dos desafios a serem enfrentados no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Tabela 1 – Quadro Geral de Indicadores dos ODS alcançados na avaliação do ODSBRASIL 2023

ODSBRASIL					
	INDICADORES	PRODUZIDOS	EM ANÁLISE	SEM DADOS	NÃO SE APLICA AO BRASIL
ODS1	13	6	7	0	0
ODS2	14	7	4	3	0
ODS3	28	17	11	0	0
ODS4	12	5	2	4	1
ODS5	14	4	3	6	1
ODS6	11	11	0	0	0
ODS7	6	5	0	1	0
ODS8	16	7	6	0	0
ODS9	12	10	1	1	0
ODS10	21	11	5	5	0
ODS11	14	9	0	5	0
ODS12	13	5	1	7	0
ODS13	8	5	0	1	2
ODS14	10	3	2	5	0
ODS15	14	3	9	2	0
ODS16	24	7	8	7	0
ODS17	24	6	13	1	4
Total	254	121	72	48	8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores. ODSBRASIL 2023.

No total, o relatório engloba 254 indicadores, representando um conjunto diversificado de métricas que têm como finalidade avaliar o desempenho do Brasil no que diz respeito à consecução dos ODS. A última atualização desses dados ocorreu em 24 de outubro de 2023, denotando um compromisso contínuo com a transparência e com o fornecimento de informações atualizadas que auxiliam na compreensão do progresso rumo aos ODS. Observa-se que os ODS 3, 10, 16 e 17 tem o maior número de indicadores produzidos, enquanto os ODS 7, 13 e 14 possuem o menor número de indicadores produzidos.

Os resultados indicam que 121 dos indicadores já foram produzidos, o que reflete o comprometimento significativo com a coleta de dados e monitoramento em relação aos ODS. Além disso, 72 indicadores encontram-se em fase de análise ou construção, evidenciando esforços para aprimorar a qualidade e a abrangência dos dados disponíveis. Esse processo é fundamental para que se tenha uma compreensão mais precisa do desempenho do país em relação aos ODS.

Por outro lado, a presença de 51 indicadores sem dados sinaliza a necessidade de ampliar os esforços no que tange à coleta de informações, destacando áreas nas quais as informações podem ser insuficientes para uma avaliação adequada do progresso. Além disso, há 8 indicadores que não se aplicam ao Brasil, o que ressalta a importância de reconhecer que nem todas as metas dos ODS são igualmente pertinentes a todos os países, e que a estratégia de implementação pode variar de acordo com as circunstâncias nacionais.

Esses resultados podem refletir o compromisso do Brasil com a transparência e a prestação de contas no que diz respeito ao progresso em direção aos ODS. Eles também apontam para a necessidade contínua de aprimorar a coleta e disponibilidade de dados, bem como para uma análise crítica dos desafios que ainda persistem. O Painel Geral do ODSBrasil representa uma ferramenta para governos,

sociedade civil e outras partes interessadas, fornecendo uma base de elementos para a tomada de decisões informadas e para o aperfeiçoamento das estratégias que visam à realização dos ODS e, por conseguinte, à construção de um mundo mais sustentável e equitativo.

Em 2023, o Painel Geral ODSBrasil atualizou e divulgou os resultados do status por objetivos, fornecendo uma ampla análise do progresso do Brasil em relação aos ODS. Esse conjunto de indicadores é um recurso para a compreensão do cenário atual do país em relação aos ODS, destacando áreas de sucesso e desafios contínuos.

Neste contexto, o relatório apresenta uma visão geral dos indicadores brasileiros para cada um dos ODS, revelando não apenas os avanços conquistados, mas também as áreas que requerem atenção contínua e aprimoramento. Essas informações são essenciais para orientar políticas e ações que visam promover um futuro mais sustentável e inclusivo para o Brasil, inclusive considerando as ações do poder público municipal, conforme Lima e Heinig (2022, p. 363.)

4.2 – INDICADORES DOS ODS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta seção dos Indicadores de ODS medidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, visa aprofundar a compreensão das métricas e instrumentos utilizados para avaliar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A plataforma do Observatório do Futuro: TCESP/PAINELODS (2023) oferece uma perspectiva atualizada sobre a mensuração e acompanhamento do alcance dos ODS em nível regional, com base em dados e indicadores específicos. Esta revisão da literatura contribuirá significativamente para a análise das práticas de governança cooperada regional e seu impacto na consecução dos ODS, fornecendo uma base sólida para a avaliação do desenvolvimento sustentável na região.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) reconhece a importância desses objetivos e, por meio do Relatório ODS 2023, destaca a criação do Observatório do Futuro. Este observatório, estabelecido por meio do Ato GP nº 2/18, desempenha um papel significativo na estratégia do TCESP para coordenar e aprimorar seus esforços em prol da Agenda 2030. Seu foco está na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo e nos municípios sob sua jurisdição.

Uma das atribuições fundamentais do Observatório do Futuro é a realização de estudos e atividades de capacitação direcionadas aos servidores do TCESP. Essas iniciativas têm por objetivo promover um melhor entendimento dos ODS e como eles podem ser integrados às práticas de fiscalização e controle realizadas pelo Tribunal de Contas.

O Painel ODS do TCESP oferece uma visão geral sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelas prefeituras paulistas, com exceção da Capital, e pelo Governo do Estado de São Paulo. Esta ferramenta reúne dados coletados pela Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp) e pela Diretoria de Contas do Governador (DCG), que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Esses dados incluem informações essenciais para avaliar o progresso em relação aos ODS e a efetividade das políticas adotadas em âmbito estadual e municipal.

O Painel ODS do TCESP oferece, portanto, um instrumento para monitorar e avaliar o desempenho das entidades subnacionais na busca pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A análise dos indicadores dos ODS no Governo do Estado e Municípios de São Paulo é de extrema relevância para garantir que as políticas públicas estejam alinhadas com a visão de um futuro mais sustentável e inclusivo, conforme preconizado pela Agenda 2030 da ONU. Este enfoque em nível

subnacional fortalece o compromisso do TCESP com a promoção do desenvolvimento sustentável e a prestação de contas efetiva nos âmbitos estadual e municipal. (TCESP/PAINELODS. 2023)

Além disso, o Observatório do Futuro também se dedica à sensibilização de gestores em relação aos ODS, buscando conscientizar as lideranças locais sobre a importância dessas metas globais e seu impacto direto nas políticas públicas e na qualidade de vida da população.

Outra tarefa importante desempenhada pelo Observatório do Futuro é a sistematização e divulgação de dados e boas práticas relacionados aos ODS. Essa iniciativa visa compartilhar informações relevantes que podem orientar tanto o poder público quanto a sociedade civil na busca por soluções mais eficazes e sustentáveis para os desafios do desenvolvimento.

Nesse contexto, o TCESP estabeleceu uma parceria estratégica com a Universidade de São Paulo (USP), uma instituição de renome internacional e a única da América Latina a figurar entre as 100 instituições de ensino com maior reputação acadêmica no mundo, de acordo com o World Reputation Ranking 2022. Essa parceria reflete o compromisso do TCESP em fortalecer suas ações relacionadas aos ODS por meio da colaboração com uma das principais instituições acadêmicas do país, aproveitando a expertise e o conhecimento da USP para aprimorar a disseminação, monitoramento e implementação dessas importantes metas de desenvolvimento sustentável. (TCESP/PAINELODS. 2023)

4.3 – INDICADORES DOS ODS NAS AÇÕES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS PAULISTAS

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos relatórios de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) reflete um avanço significativo na avaliação e no monitoramento das políticas municipais. Segundo o Relatório Consolidados ODS de 2023, o TCESP agora inclui os ODS como um critério essencial na análise das contas municipais, verificando a eficácia da gestão pública não apenas em termos legais, mas também no impacto das políticas na qualidade de vida dos cidadãos. Essa abordagem ampliada permite que os auditores avaliem como os recursos públicos estão sendo utilizados não só para atender às necessidades imediatas, mas também para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo conforme estipulado pela Agenda 2030 da ONU. Com a implementação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), o TCESP analisa a conexão entre a gestão dos recursos e as metas dos ODS, agregando uma dimensão vital à fiscalização. (TCESP, 2023, p.14)

Além disso, o relatório inclui um item específico que avalia as perspectivas de cada município em alcançar os ODS até 2030. Esta análise é fundamental para identificar áreas que requerem melhorias significativas e para orientar os esforços municipais em direção aos objetivos globais.

Os Relatórios ODS, também servem como uma ferramenta de accountability, mostrando como o TCESP está engajado em promover o cumprimento dos ODS em nível estadual. Eles detalham os desafios, metas e progressos de cada ODS em foco, destacando o compromisso do TCESP em apoiar os municípios paulistas na caminhada rumo a um futuro mais justo, sustentável e próspero. (TCESP, 2023, p. 15)

Sendo assim, o Painel ODS, operacionalizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), oferece uma visão detalhada do progresso dos 644

municípios paulistas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Este índice avalia a administração municipal em setores chave como saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção ao cidadão, meio ambiente e governança em tecnologia da informação, correlacionando-se diretamente com os ODS para fornecer uma medida compreensiva do desempenho municipal.

Essa análise baseada no IEG-M permite uma avaliação crítica de como as políticas públicas implementadas pelos municípios alinham-se com os ODS, destacando tanto as áreas de sucesso quanto aquelas que necessitam de maior atenção. A integração eficaz dos ODS nas ações municipais é importante, pois estabelece uma base para o desenvolvimento sustentável que beneficia não apenas a esfera local, mas também contribui para metas globais.

O painel interativo do TCESP possibilita aos usuários explorar as conexões entre as práticas municipais e os ODS, permitindo uma análise detalhada e específica por município, ano e objetivo. Esse recurso é essencial para os gestores municipais e pesquisadores que buscam entender o impacto das políticas locais no cumprimento dos compromissos globais da Agenda 2030.

Por fim, o estudo dos indicadores do Painel ODS nas ações dos governos municipais paulistas não apenas ilumina a efetividade das políticas públicas em nível local, mas também fornece percepções importantes para o planejamento e desenvolvimento regional sustentável. Essa abordagem integrada é fundamental para orientar os municípios na formulação de estratégias que atendam às necessidades econômicas, sociais e ambientais, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e resiliente em todo o estado de São Paulo.

4.4 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES DO BRASIL

O Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), com seu Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), desempenha um papel crucial na medição e promoção do desenvolvimento urbano sustentável no Brasil. Originado da transformação do Instituto São Paulo Sustentável em 2019, o ICS integra de forma efetiva as agendas de desenvolvimento local, nacional e internacional, refletindo em sua nova identidade visual, que incorpora cinco pontos simbolizando as dimensões fundamentais de desenvolvimento sustentável: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. (ICS, 2024)

A missão do ICS de mobilizar e sensibilizar a sociedade e os governos locais é vital para fomentar cidades justas e sustentáveis. Essa missão se concentra no combate às desigualdades, na promoção dos direitos humanos, na participação social ativa, no respeito ao meio ambiente e na transparência governamental. Através do IDSC-BR, o ICS proporciona uma ferramenta robusta para os municípios avaliarem e monitorarem o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incentivando assim a implementação de políticas públicas que refletem esses valores.

O IDSC-BR, portanto, não apenas mede indicadores de desenvolvimento urbano mas também serve como um catalisador para a transformação, ajudando as cidades a alinhar suas estratégias de desenvolvimento com as metas globais de sustentabilidade. Este índice é essencial para os gestores municipais que buscam entender melhor as dinâmicas de suas cidades dentro do contexto dos ODS, fornecendo dados que orientam decisões estratégicas e promovem práticas de governança que são sustentáveis e inclusivas. Em suma, a contribuição do ICS, por

meio do IDSC-BR, é um elemento chave na jornada em direção a um futuro mais sustentável e equitativo no Brasil. (ICS, 2024).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) foi desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis em colaboração com a Sustainable Development Solutions Network (SDSN) e apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), como uma ferramenta para medir o progresso das cidades brasileiras em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Esse índice oferece uma visão detalhada de como as cidades estão se saindo em áreas cruciais como saúde, educação, infraestrutura urbana, sustentabilidade ambiental e governança, utilizando 100 indicadores específicos avaliados de 0 a 100. Cada pontuação revela quão perto uma cidade está de alcançar o ideal em cada área. Serve para orientar os gestores públicos, mostrando onde eles precisam melhorar e onde estão indo bem, permitindo que eles direcionem recursos e esforços de maneira mais eficaz. O índice também encoraja uma competição saudável entre as cidades, motivando-as a melhorar continuamente e a serem mais transparentes e responsáveis perante seus cidadãos (IDSC-BR, 2024a).

O método para construir o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) envolve três etapas fundamentais que garantem a precisão e a relevância dos dados. Inicialmente, são corrigidos valores atípicos que podem distorcer os resultados, especialmente aqueles no extremo inferior da distribuição. Posteriormente, os dados são reescalados dentro de uma faixa de 0 a 100, com 0 representando o pior desempenho e 100 o ótimo, para assegurar a comparabilidade entre os indicadores. Esse reescalonamento é sensível e é guiado por limiares quantitativos estabelecidos com base nos objetivos dos ODS, incluindo metas claras como igualdade de gênero e acesso universal a serviços essenciais. A finalidade dessa normalização é ajustar os dados para que todos os valores que superem um valor-alvo pré-determinado recebam a pontuação máxima, enquanto aqueles abaixo de um limite mínimo recebam a pontuação mínima. Essas ações culminam na agregação dos indicadores por ODS, e depois numa pontuação final do IDSC-BR, refletindo o desempenho compreensivo de cada município em relação aos ODS (IDSC-BR, 2024c).

Inicialmente, para cada indicador do ODS, estabelecem-se quatro intervalos de classificação que representam diferentes graus de cumprimento dos objetivos: verde, amarelo, laranja e vermelho. O intervalo verde, que indica o cumprimento ótimo, tem como limite superior o valor-alvo estabelecido para cada indicador e como limite inferior o “limiar verde”, um ponto de referência a partir do qual se considera que o município alcançou o objetivo do ODS. Por outro lado, os intervalos amarelo, laranja e vermelho representam uma distância crescente do cumprimento dos objetivos, com o vermelho sendo o mais distante, usando o mesmo limite inferior estabelecido para o índice geral do IDSC-BR. Esses intervalos são definidos com base em uma escala de pontos, que varia de 0 a 100, onde cada faixa de pontuação corresponde a um nível específico de desenvolvimento: Verde escuro (Muito Alto): 80 a 100 pontos; Verde claro (Alto): 60 a 79,99 pontos; Amarelo (Médio): 50 a 59,99 pontos; Laranja (Baixo): 40 a 49,99 pontos; e Vermelho (Muito Baixo): 0 a 39,99 pontos (IDSC-BR, 2024a).

Essa classificação facilita o entendimento sobre o quão próximo ou distante um município está de alcançar os ODS, permitindo que gestores e políticos identifiquem áreas prioritárias para intervenção. Além disso, ao diferenciar os municípios dentro dessas faixas coloridas, o IDSC-BR proporciona uma visualização intuitiva do desempenho, o que incentiva a implementação de políticas públicas eficazes para melhorar os indicadores onde há deficiências.

Tabela 2 - Ranking Brasil das 10 primeiras Cidades pelo IDSC-BR (2023) por alcance de ODS

Município	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
São Caetano do Sul SP	49,05	51,23	76,99	62,61	54,20	93,97	89,81	68,57	18,65	57,32	72,30	67,68	77,42	100,00	26,67	69,32	42,34
Jumirim SP	50,03	45,16	80,76	59,71	35,75	84,89	82,41	69,78	6,77	70,68	80,29	100,00	67,68	87,50	46,47	77,38	28,48
São Bento do Sapucaí SP	46,18	55,78	70,79	55,03	43,23	75,92	74,18	51,38	91,25	64,56	71,98	71,84	77,14	66,96	60,46	79,76	16,63
Bragança Paulista SP	58,79	43,25	72,64	55,60	29,24	93,34	82,23	60,44	20,55	67,68	74,15	67,46	87,35	85,75	66,68	73,77	33,64
Taguaí SP	63,37	53,70	71,21	58,58	58,53	89,32	75,77	61,58	3,49	85,11	79,99	73,34	70,76	97,74	40,06	77,38	12,18
Santa Rita do Sapucaí MG	51,81	50,42	69,35	52,94	46,98	81,86	84,90	66,43	50,66	62,02	77,76	100,00	82,22	87,63	27,10	63,55	15,33
Pedreira SP	52,40	39,51	72,52	57,75	51,39	81,36	79,57	59,08	12,83	66,91	76,37	67,84	73,34	98,06	66,51	82,54	24,75
Luzerna SC	45,65	50,08	80,62	66,85	53,00	83,12	54,50	76,93	32,71	75,62	81,17	69,38	65,35	83,33	27,10	87,30	24,84
Jundiaí SP	54,85	44,08	70,92	59,85	41,20	90,31	88,82	68,95	16,79	61,30	50,25	66,87	94,53	100,00	66,49	51,33	29,80
Vinhedo SP	57,47	49,53	72,88	61,20	47,73	89,10	88,85	72,71	17,29	69,92	73,75	65,06	93,39	85,03	26,67	58,68	24,23

Legenda

Verde (Muito Alto): 80 a 100 pontos
Verde Claro (Alto): 60 a 79,99 pontos
Amarelo (Médio): 50 a 59,99 pontos
Laranja (Baixo): 40 a 49,99 pontos
Vermelho (Muito Baixo): 0 a 39,99 pontos

Fonte: Base de dados IDSC – BR - (2023), tabulado pelos autores

No Ranking Nacional das cidades brasileiras medido pelo IDSC-BR, as cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento dos 17 ODS da agenda 2030.

Tabela 3 – Ranking Brasil das 10 primeiras Cidades medidas pelo IDSC-BR (2023)

Município	UF	Pontuação Índice ODS 2023	Classificação 2023
São Caetano do Sul	SP	63,42	1
Jumirim	SP	63,16	2
São Bento do Sapucaí	SP	63,12	3
Bragança Paulista	SP	63,09	4
Taguaí	SP	63,07	5
Santa Rita do Sapucaí	MG	63,00	6
Pedreira	SP	62,51	7
Luzerna	SC	62,21	8
Jundiaí	SP	62,14	9
Vinhedo	SP	61,97	10

Fonte: Base de dados IDSC – BR - (2023), tabulado pelo autor.

A análise do Ranking Nacional do IDSC-BR 2023 revela uma tendência interessante: municípios paulistas dominam as posições de liderança, refletindo um forte compromisso com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta liderança sugere que São Paulo, com suas políticas integradas e inovadoras, tem sido um modelo eficaz no progresso sustentável. Em contraste, a presença de Santa Rita do Sapucaí (MG) e Luzerna (SC) em sexto e oitavo lugares, respectivamente, destaca a capacidade dessas cidades de outros estados em também alcançar altos índices de desenvolvimento sustentável. Esse panorama ressalta a importância de uma abordagem integrada e inclusiva no planejamento urbano e na governança, permitindo que diferentes regiões do Brasil avancem conjuntamente na agenda 2030, promovendo um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

Os resultados do Ranking Nacional das Cidades pelo IDSC-BR incluem a pontuação alcançada por ODS. Nesse sentido, é possível avaliar e comparar os níveis de desenvolvimento em cada 1 dos 17 ODS da Agenda 2030.

Portando, esta revisão ilustra como os indicadores dos ODS são integrados nas ações dos governos municipais paulistas, com um foco especial no papel do Instituto Cidades Sustentáveis. A implementação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR, 2024b) como uma ferramenta para classificar grupos de cidades oferece resultados sobre as disparidades regionais em desenvolvimento sustentável. A classificação e a análise dos resultados proporcionam uma base de informações quantitativa e qualitativa para avaliar e comparar o progresso das cidades, destacando áreas prioritárias para intervenção e alocação de recursos. Portanto, o uso do IDSC-BR revela-se fundamental para orientar o planejamento e a gestão dos esforços de desenvolvimento sustentável de forma mais direcionada e eficiente, contribuindo significativamente para a formulação de políticas que enderecem as necessidades específicas de cada município dentro do contexto do desenvolvimento sustentável.

4.5 – MAPEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO REGIONAL DO IDSC-BR 2023 NO ÂMBITO DO CIOESTE

Este estudo avaliou o progresso dos municípios do Consórcio Intermunicipal Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) como ferramenta de medição. Através deste índice, foi possível mapear e classificar os municípios com base nas disparidades regionais em ODS, oferecendo uma visão detalhada dos avanços e desafios enfrentados.

A Tabela 4 mostra a classificação de cada um dos 12 municípios do CIOESTE, com base na pontuação obtida no IDSC-BR em 2023:

Tabela 4 - Mapa Regional das 12 Cidades do CIOESTE medidas pelo IDSC-BR

Município	UF	Pontuação Índice ODS 2023	Classificação 2023
Barueri	SP	57,57	1
Vargem Grande paulista	SP	56,20	2
Santana de Parnaíba	SP	55,26	3
Osasco	SP	52,68	4
Itapevi	SP	52,21	5
Cotia	SP	51,69	6
Cajamar	SP	51,53	7
Carapicuíba	SP	50,91	8
Araçariguama	SP	50,81	9
Jandira	SP	49,63	10
São Roque	SP	49,00	11
Pirapora do Bom Jesus	SP	48,49	12
Média Nacional		46,85	

Fonte: Base de dados IDSC – BR - (2023), tabulado pelo autor.

A análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR, 2024b) para os municípios do CIOESTE em 2023 indica que, apesar de a maioria estar classificada no nível de desenvolvimento “médio” com pontuações entre 48,49 e 57,57, todos superam a média nacional de 46,85. Barueri é o destaque com 57,57, a pontuação mais alta, enquanto Pirapora do Bom Jesus, com a pontuação mais baixa da região, ainda excede a média nacional. Esses resultados sugerem uma aproximação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na região do CIOESTE, o que evidencie a necessidade mais investigações para se confirmar essa informação.

Para iniciar a exploração das disparidades regionais em desenvolvimento sustentável entre os 12 municípios que integram o CIOESTE, esta pesquisa faz uso do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR, 2024b), desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis. Através da análise dos rankings e pontuações de cada município nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

este estudo busca identificar padrões e diferenças significativas que esclareçam como variáveis locais, políticas públicas e condições socioeconômicas impactam o cumprimento destes objetivos globais no contexto regional. Este enfoque é essencial para entender os desafios específicos enfrentados por cada município e guiar intervenções eficazes na promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável.

O IDSC-BR disposto na Tabela 5, oferece uma possibilidade para avaliar e classificar as cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. O IDSC-BR permite uma análise detalhada do desempenho dessas cidades em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e sustentabilidade ambiental. Por meio dos resultados obtidos, é possível identificar não apenas as cidades que estão mais avançadas na implementação dos ODS, mas também aquelas que requerem atenção e investimentos adicionais para alcançar os objetivos estabelecidos. Esse mapeamento facilita a priorização de políticas e a alocação de recursos, contribuindo para uma abordagem mais direcionada e efetiva na promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito regional.

Tabela 5 - Ranking IDSC-BR das Cidades integradas ao CIOESTE

Município	Colocação/557	Pontuação/100	Nível de Desenvolvimento	Ranking 2008 - 2012 das Cidades Integradas do CIOBOL																
				O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O
				D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	11	12	13	14	15	16	17
Barueri SP	212	57,57	Médio	59,34	47,69	72,33	53,41	44,88	80,44	86,55	60,69	23,55	63,88	49,76	68,33	80,63	18,11	29,67	46,59	93,02
Vargem Grande Paulista SP	395	56,20	Médio	52,44	55,44	73,77	55,51	45,51	57,66	82,55	59,77	15,74	73,77	69,83	10,00	80,71	00,00	56,33	45,66	30,99
Santana de Parnaíba SP	512	55,26	Médio	59,38	47,33	70,44	52,57	35,14	70,44	86,68	66,44	17,52	58,36	48,02	62,99	82,99	9,62	83,72	95,22	45,55
Osasco SP	909	52,68	Médio	58,99	49,72	09,93	40,15	43,15	81,77	86,99	61,99	19,99	69,09	31,28	42,05	93,33	24,77	28,00	46,13	52,83
Itapevi SP	1004	52,21	Médio	60,74	58,11	04,33	51,99	34,99	74,77	82,99	51,77	15,94	74,06	42,14	10,09	77,09	18,72	20,66	40,71	22,22
Cotia SP	1114	51,69	médio	56,53	47,94	64,22	49,58	34,88	73,88	84,32	63,22	21,72	65,57	51,05	43,43	82,63	18,59	34,97	44,55	30,11
Cajamar SP	1157	51,53	médio	59,24	46,16	69,75	45,58	21,38	62,55	84,55	59,88	10,33	56,14	42,35	77,04	81,86	00,22	59,33	38,00	42,22
Carapicuíba SP	1329	50,91	médio	57,51	49,11	24,44	94,76	37,61	74,43	86,83	76,33	84,55	78,88	26,12	10,015	80,15	29,01	20,66	45,71	29,55
Araçariguama SP	1368	50,81	médio	66,57	42,91	27,76	51,25	90,88	67,53	84,36	62,66	48,77	73,95	75,66	10,08	67,08	00,00	69,66	64,55	28,22
Jandira SP	1696	49,63	baixo	47,34	37,33	63,61	52,75	45,55	74,21	80,43	55,88	9,17	71,77	42,22	10,02	82,22	63,77	66,77	49,77	25,99
São Roque SP	1891	49,00	baixo	57,16	52,15	86,77	25,22	30,92	89,88	81,13	54,91	9,12	90,77	67,55	46,66	77,16	00,00	35,55	36,12	275,75
Pirapora do Bom Jesus SP	2090	48,49	baixo	57,19	55,53	65,83	47,37	33,88	62,87	75,44	46,88	2,08	77,83	42,39	77,04	72,99	22,05	13,63	55,55	13,99

Legenda

Verde (Muito Alto): 80 a 100 pontos
Verde Claro (Alto): 60 a 79,99 pontos
Amarelo (Médio): 50 a 59,99 pontos
Laranja (Baixo): 40 a 49,99 pontos
Vermelho (Muito Baixo): 0 a 39,99 pontos

Fonte: Base de Dados IDSC-BR_2023, tabulado pelo autor.

A análise da tabela 5 indica que o conjunto dos municípios do CIOESTE precisa avançar quanto ao atendimento dos ODS 5, 14, 15 e 17. A avaliação das informações indica fragilidade no atendimento desses ODS, independentemente das condições específicas de cada município. O mesmo se observa quanto aos ODS em que os municípios apresentam melhor desempenho, no caso o 6, 7 e 13. Tal condição, tanto em relação ao melhor desempenho quanto ao mais limitado em relação aos ODS, evidencia que os componentes do CIOESTE compartilham condições semelhantes derivadas da sua integração a região metropolitana e aos desafios associados a essa condição.

Este estudo ressalta a importância dos indicadores de desenvolvimento sustentável, conforme discutido por Bahia (2021) e Jannuzzi (2002), e suas contribuições teóricas para a gestão pública e o planejamento urbano. Bahia (2021) enfatiza que um indicador, seja ele quantitativo ou qualitativo, serve para organizar e capturar informações cruciais sobre aspectos diversos da realidade, facilitando assim a observação e avaliação de fenômenos associados à ação ou omissão estatal. Estes indicadores não apenas mensuram resultados, mas também suportam a análise crítica e contribuem para a melhoria contínua dos processos organizacionais. Eles são fundamentais para o planejamento e controle de desempenho, permitindo análises comparativas entre diferentes organizações ou regiões. Jannuzzi (2002) complementa essa visão ao definir indicadores sociais como medidas quantitativas que substituem ou operacionalizam conceitos sociais abstratos, principalmente ligados tanto à pesquisa acadêmica quanto à formulação de políticas públicas. Esses indicadores possibilitam a ponte entre teorias sociais e evidências empíricas, facilitando o monitoramento de mudanças sociais e a tomada de decisões informadas. Assim, a integração dessas perspectivas nos oferece um mapa regional para entender os indicadores de desenvolvimento sustentável.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo presente analisou a efetividade com que os municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) estão alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando como métricas o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) e o Painel ODS do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). O principal objetivo da pesquisa foi mapear e classificar os municípios com base em sua performance no IDSC-BR e analisar as disparidades regionais no cumprimento dos ODS.

Os resultados da pesquisa indicaram que, embora os municípios do CIOESTE tenham demonstrado um comprometimento variável com os ODS, há um

compartilhar de desempenho em relação aos ODS com melhores resultados, bem como aqueles com resultados mais limitados. Contudo, questões críticas como infraestrutura sustentável e governança ainda apresentam desafios significativos. Foi constatado que a maioria dos municípios do CIOESTE apresentam nível de desenvolvimento médio, considerando os resultados obtidos em relação aos ODS, o que requer políticas públicas mais efetivas para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento. Destaca-se que os municípios de Jandira, São Roque e Pirapora do Bom Jesus apresentam baixo nível de desenvolvimento em relação ao estabelecido quanto aos ODS. Assim, esses três municípios apresentam mais dificuldades que os outros nove do CIOESTE para alcançar as metas dos ODS.

Este estudo revelou lacunas importantes, principalmente relacionadas à falta de dados consistentes e acessíveis para alguns indicadores críticos, o que pode afetar a precisão das avaliações municipais. Além disso, a diversidade nas estratégias políticas entre os municípios sugere a necessidade de uma análise mais granular que considere as peculiaridades locais.

Os achados deste estudo estão alinhados com a literatura existente que enfatiza a importância das capacidades locais e das políticas direcionadas para a efetivação dos ODS. As descobertas também reforçam estudos anteriores que apontam a necessidade de abordagens integradas e colaborativas entre municípios para superar desafios comuns e alcançar metas de sustentabilidade.

Teoricamente, esta pesquisa contribui para o desenvolvimento de modelos de avaliação de políticas públicas em contextos urbanos, oferecendo uma compreensão aprofundada sobre como variáveis locais influenciam a implementação dos ODS. Os resultados do estudo expandem o entendimento das dinâmicas intermunicipais na gestão de metas sustentáveis, sugerindo que o sucesso não depende apenas de iniciativas isoladas, mas da capacidade de integrar esforços em uma estratégia regional coesa.

Praticamente, as descobertas orientam os gestores municipais sobre como priorizar intervenções e onde alocar recursos para maximizar o impacto das políticas de sustentabilidade. O estudo também serve como um guia para o desenvolvimento de indicadores mais eficazes e a implementação de sistemas de monitoramento mais robustos.

Futuras pesquisas devem explorar a implementação de estratégias adaptativas que considerem as mudanças socioeconômicas e ambientais ao longo do tempo. Além disso, estudos adicionais poderiam investigar o impacto de parcerias intergovernamentais e transetoriais mais amplas na promoção dos ODS. A integração de novas tecnologias de dados e a aplicação de análises preditivas podem proporcionar conhecimentos mais profundos e aprimorar as estratégias de desenvolvimento regional sustentável.

Em suma, este artigo não apenas ilumina os caminhos percorridos pelos municípios do CIOESTE na jornada para alcançar os ODS, mas também delineia um roteiro para futuras ações e pesquisas que possam auxiliar na realização de um desenvolvimento mais sustentável e equitativo em contextos municipais e regionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. C. A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais. *Estudos Internacionais*, Minas Gerais, v. 2 n. 2, p. 291-320, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202>. Acesso em: 06 maio 2023.

BAHIA, L. O. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Brasília: Enap, 2021. ISBN: 978-65-87791-19-7. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222139/guia%20referencial%20para%20construcao%20e%20analise%20de%20indicadores%20-%20seges.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISPO PASSOS, H. D.; PIRES, M. de M. Indicadores ambientais para avaliação de agroecossistemas. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2000. DOI: <10.48075/igepec.v12i1.1809>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1809>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COLLA, C. As transformações demográficas no Paraná e nos municípios polo da mesorregião oeste paranaense/Demographic changes in Parana State and in the pole municipalities of the West Parana Mesoregion. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 325-349, 2024. DOI: <10.48075/igepec.v28i1.32747>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/325-349>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ICS. Instituto Cidades Sustentáveis. *Estatuto*. São Paulo, 2024. Disponível em: https://icidessustentaveis.org.br/wp-content/uploads/2019/08/estatuto_c.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

IDSC-BR. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (2022). *Apresentação*. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2024a. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction>. Acesso em: 01 jun. 2024.

IDSC-BR. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (2022). *Classificação para os municípios brasileiros*. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2024b. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

IDSC-BR. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (2022). *Metodologia*. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2024c. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction>. Acesso em: 01 jun. 2024.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./fev. 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427/5011>. Acesso em: 02 nov. 2023.

JAPIASSÚ, C. E.; GUERRA, I. F. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30287>. Acesso em: 5 dez. 2022.

LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag; IRBr, 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

LIMA, D. R. L. de; HEINIG, D. W.; GONÇALVES DE OLIVEIRA, A. Receita do desenvolvimento humano: impacto das receitas municipais no IDH das regiões metropolitanas das capitais do sul do Brasil. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 359–377, 2022. DOI: <10.48075/igepec.v26i3.29362>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29362>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIMA, J. R.; SOUSA, R. P. Análise comparativa de indicadores sociais no Brasil: 2003-2009. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 86–102, 2015. DOI: <10.48075/igepec.v18i2.7359>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/7359>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MIRANDA, G. A.; SANTOS, M. J. dos; CARNIELLO, M. F. Bico do Papagaio: território e desenvolvimento regional (1930-1990) / Bico do Papagaio: territory and regional development (1930-1990). *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 182–201, 2023. DOI: <10.48075/igepec.v27i2.30861>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30861>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RAMIRO, R. C. As agendas ODS no plano plurianual 2016-2019. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. II, p. 47-56, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10591>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015b. Disponível em: <http://bit.ly/TransformAgendaSDG-pdf.ONU>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Indicadores do TCESP e ODS. 2015a. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/indicadores>. Acesso em: 20 out. 2023.

SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). 2015b. Disponível em: https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp_biblioteca_047_materiais_de_comunicacao.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Manual de gestão sustentável. 2018a. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/Manual-Sustentabilidade-TCESP.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Núcleo de monitoramento dos ODS. Cartilha, 2018b. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/cartilha-observatorio-futuro>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Painel ODS. Consolidados 2020. Visão Estadual e Visão Municipal. TCESP. Disponível em: <https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AODS%3AODS.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero>. Acesso em: 26 out. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os ODS e a superação dos efeitos da pandemia. 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/RELAT%C3%93RIO%20ODS%202021-OS%20ODS%20E%20A%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DOS%20EFEITOS%20DA%20PANDEMIA.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Relatórios ODS 2022. São Paulo, 4 ago. 2023c. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/RelatorioODS%202023%20-%2004.08.2023%20-%20Sexta-15h30.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <https://desenvolvimentoemareasperifericas.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-como-liberdade-cap-1-e-2.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12--25, mai./ago. 2012. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 21. abr. 2024.

Recebido em 20/12/2025.
Aceito em 30/06/2025.